



AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO VESTIBULAR DA UFU (1998 – 2007): aspectos de um elemento institucionalizador

Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva¹

Resumo

O presente artigo busca analisar alguns aspectos quantitativos e qualitativos acerca da presença das Ciências Sociais em provas de vestibular, considerando esta inserção um elemento relevante para a compreensão do processo de institucionalização da disciplina de Sociologia na Educação Básica nacional. Enquanto recorte empírico, investiga-se os exames de admissão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre os anos de 1998 e 2007, período que abrange dez dos anos iniciais da presença da Sociologia no processo seletivo em questão. No total, foram explorados os conteúdos de 37 avaliações que destacam a equivalência quantitativa das questões de Sociologia em relação a outras disciplinas; a hegemonia do discurso sociológico; a ampla reincidência de conceitos como capitalismo, Estado e contexto histórico de surgimento da Sociologia; e a predominância da tríade de autores clássicos da Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Ciências Sociais. Sociologia escolar. Vestibular. Institucionalização das Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). E-mail: gustavograma97@gmail.com

SOCIAL SCIENCES IN UFU ENTRANCE EXAM (1998 – 2007): aspects of an institutionalizing element

Abstract

The present paper seeks to analyze some quantitative and qualitative aspects of the presence of Social Sciences in college entrance exams, considering this insertion as a relevant element for understanding the process of institutionalization of the discipline of Sociology in the Brazilian Basic Education system. As a methodological approach, it verifies the entrance exams organized by Universidade Federal de Uberlândia (UFU) between 1998 and 2007, a period that covers ten of the first years of the presence of Sociology in the test in question. In total, the contents of 37 assessments that highlight the quantitative equivalence of Sociology questions in relation to other disciplines; the hegemony of sociological discourse; the wide recurrence of concepts such as capitalism, the State and the historical context of the emergence of Sociology; and the predominance of the triad of classical sociology authors.

Keywords: Social Sciences Teaching. Sociology in High School. College entrance exams. Social Sciences institutionalization. Universidade Federal de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar alguns aspectos quantitativos e qualitativos acerca da presença das Ciências Sociais em provas de vestibular – processos seletivos de ingresso ao Ensino Superior – considerando esta inserção um elemento relevante para a compreensão das dinâmicas de institucionalização da disciplina de Sociologia na Educação Básica nacional.

Enquanto recorte empírico, objetiva-se analisar os exames de admissão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre os anos de 1998 e 2007, período que abrange dez dos anos iniciais da presença da Sociologia no processo seletivo em questão. Como se verá adiante, a escolha da UFU justifica-se por se tratar de um caso, de certo modo, paradigmático, que apresentou um processo bastante antecipado de institucionalização da Sociologia escolar.

De um ponto de vista metodológico, busca-se, aqui, desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa sobre aquelas provas vestibulares, especificamente, acerca do conteúdo de Sociologia². Por conseguinte, alguns

² Diferentemente de outras universidades do estado de Minas Gerais, a UFU, conjuntamente com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), é uma das poucas instituições de Ensino Superior a

parâmetros foram elencados enquanto significativos para a compreensão das distintas formas pelas quais as Ciências Sociais fazem-se presentes neste exame. Entre eles estão: o número de questões, a representatividade das três áreas – Sociologia, Antropologia e Ciência Política, a distribuição temática e os autores com maior recorrência.

Além disso, dado o período circunscrito, é importante indicar que os exames de entrada à universidade em questão correspondiam a processos semestrais, de modo que um ocorria no primeiro semestre e outro no segundo. Ademais, cada um deles era composto por duas fases: a primeira composta por questões fechadas e a segunda por perguntas abertas com uma redação.

Assim, com o intuito de compreender as permanências e mudanças da presença inicial da Sociologia ao longo de dez anos no vestibular da instituição analisada, foram analisados 37 exames e suas respectivas etapas seletivas, relativos aos anos de: 1998-2/1999-1/1999-2/2000-1/2000-2/2001-1/2001-2/2002-1/2002-2/2003-1/2003-2/2004-1/2004-2/2005-1/2005-2/2006-1/2006-2/2007-1/2007-2³. Dessa forma, após algumas considerações de ordem teórica, os dados serão apresentados em tabelas, contendo informações tanto da primeira etapa do processo seletivo quanto da segunda fase.

1 O Ensino de Ciências Sociais: processos de institucionalização, exames vestibulares e o caso da Ufu

O Ensino de Ciências Sociais, enquanto sub-campo acadêmico, focaliza grande parte de seus esforços investigativos sobre a questão dos processos históricos de institucionalização da disciplina de Sociologia na Educação Básica. Conforme destacado por distintas análises (Bodart; Cigales, 2017), o histórico

apresentar conteúdos das Ciências Sociais no vestibular de maneira específica (BARBOSA; MARTINS, 2015, p. 148).

³ A inserção das Ciências Sociais nas provas do vestibular da UFU ocorreu em 1997, contudo, os exames referentes aos períodos de 1997-1/1997-2/1998-1 e a segunda fase aberta do processo de 1999-1 não se encontram disponíveis para consulta. Assim, a Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) não possui esses documentos digitalizados e o Setor de Arquivo (SEARQ) desta universidade eliminou os referidos registros de seu acervo, seguindo todos os trâmites legais, através do processo nº: 23117.028426/2018-53.

deste saber curricular apresenta-se, desde 2010, enquanto um dos objetos centrais de preocupação, levantamento empírico e reflexão teórica da área.

Dessa forma, como também sugere Silva (2010), nota-se um amplo volume de pesquisas acerca da história institucional no interior deste campo. Ademais, Handfas e Maçaira (2012, p. 53) apontam que um dos objetos centrais das teses e dissertações do Ensino de Ciências Sociais centram-se nas dinâmicas de institucionalização deste saber. Ainda, em estudo mais recente, Bodart e Cigales (2017, p. 275) identificam que, apesar de uma diversificação das temáticas de análise desenvolvidas, o recorte sobre a historicidade institucional da Sociologia escolar ainda é uma tônica recorrente no interior do sub-campo em questão.

Contudo, para além destas macro-interpretações, é interessante observar as formas pelas quais se investiga o processo de institucionalização da Sociologia na Educação Básica. Mais do que constituir uma variável monolítica, com metodologias e axiomas estanques, existem maneiras qualitativamente diferentes de examinar este fenômeno. Um olhar sobre as primeiras produções acerca da questão revela que “nos estudos voltados para a sociologia no Ensino Médio, há uma tendência de privilegiar a história da legislação” (Silva, 2010). Desse modo, as mudanças estruturais a partir de legislações nacionais, amplos programas de formação de professores e elaboração de livros didáticos para a Sociologia escolar apresentavam maior presença nas explicações sobre os processos de institucionalização desta disciplina.

Entretanto, mudanças recentes no interior do sub-campo, consequências de sua ampliação, indicam uma diversificação de abordagens em torno deste fenômeno, que abarcam agora novas experiências regionais e experimentações didáticas (Bodart; Cigales, 2017, p. 275). Consequentemente percebe-se como investigações locais e qualitativas sobre a história das Ciências Sociais na Educação Básica podem fornecer novas bases interpretativas e evidências importantes para a compreensão deste processo. A título de exemplo, a descoberta de Alves e Costa (2006) sobre o estabelecimento, em 1892, da disciplina de “sociologia, moral, noções de economia político e direito pátrio” no Atheneu Sergipense propicia novos dados para a reestruturação da história da Sociologia escolar, tendo como fundamento, uma investigação em nível local.

Desse modo, o recorte do presente artigo, a presença das Ciências Sociais em exames de vestibular da Universidade Federal de Uberlândia entre 1998 e 2007, busca garantir renovadas perspectivas para a interpretação da intermitente trajetória destes saberes no interior da Educação Básica nacional, em diálogo com as novas tendências metodológicas de investigação desta temática, preocupadas, sobremaneira, com a compreensão de experiências locais do Ensino de Sociologia. Portanto, trata-se de aprofundar o conhecimento empírico que se tem sobre o percurso que “essas ciências percorreram nas diversas realidades estaduais Brasil afora” (Oliveira; Oliveira, 2017, p. 30).

Assim, esta investigação segue na esteira de trabalhos que avaliam qualitativa e quantitativamente a presença dos conhecimentos oriundos da Sociologia, Antropologia e Ciência Política em exames de entrada no Ensino Superior do país. Barbosa e Martins (2015), por exemplo, analisam estes saberes em provas de vestibular de universidades mineiras e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), precisamente, no período entre 2009 e 2013. De modo geral, estas autoras apontam que, frente a trajetória de intermitência e invisibilidade da sociologia escolar na hierarquia científica, sua inserção em vestibulares e no ENEM, ainda que de maneira dispersa e relativamente tímida, “mostra-se como uma possibilidade no que se refere ao processo de legitimação da sociologia enquanto campo disciplinar” (Barbosa; Martins, 2015, p. 149).

Contudo, este processo não deve ser enquadrado enquanto fator exclusivo de consolidação desta disciplina, de modo que fenômenos macrossociais como a disseminação de cursos de licenciatura em Ciências Sociais através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o subprojeto de Sociologia no Programa de Incentivo a Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid); e a inclusão desta área no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são de ordem fundamental para o aprofundamento deste processo legitimador. Adicionalmente, Barbosa e Martins (2015, p. 149) ressaltam que a ampliação de discussões em torno da questão, seja em espaços acadêmicos ou escolares, assim como a mobilização política dos docentes e pesquisadores da área também contribuem diretamente para a reafirmação da relevância das Ciências Sociais para a Educação Básica.

Similarmente, Matioli e Fraga (2015) buscam compreender, a partir das perspectivas dos docentes da área, os desdobramentos didático-pedagógicos da presença da Sociologia nos sistemas de ingresso ao Ensino Superior. Assim, concluem que, para além do imaginário sobre os efeitos pragmáticos positivos desta inserção, as relações de ensino-aprendizagem envolvendo os conteúdos em questão passaram por significativas reconfigurações.

A partir de distintas aproximações e interpretações entre pólos que, por um lado, objetivam a formação cidadã e, por outro, preparam o aluno para adentrar a universidade, o Ensino de Ciências Sociais apresenta-se enquanto realidade incontornável do cotidiano escolar. Assim, o processo de inclusão da Sociologia nos exames avaliados converge em heterogêneas práticas pedagógicas, interpretadas como os “reflexos dos ecos de um imaginário que é novo para a própria Sociologia e que, portanto, abre um leque de possibilidades, ainda não totalmente claro, de como lidar com ele” (Matioli; Fraga, 2015, p. 121).

Portanto, apesar da diferença de recortes e metodologias investigativas, ambos os trabalhos apontam para uma consequência central da inclusão da Sociologia em exames de entrada ao Ensino Superior: a mesma funciona enquanto mecanismo de legitimação e institucionalização desta disciplina. Tal conclusão é atestada por Barbosa e Martins (2015, p. 148-149), ao apontarem que o processo em questão “é fundamental para que a Sociologia tenha relevância e legitimidade perante as escolas e aos alunos”. Ao mesmo tempo, a presença das Ciências Sociais em vestibulares e no ENEM engendra um imaginário social específico, segundo Matioli e Fraga (2015, p. 120), mais refratário aos questionamentos e necessidades de autojustificação por parte da Sociologia escolar e seus docentes.

Assim, estabelecida a relevância da presença da Sociologia em exames de entrada ao Ensino Superior enquanto elemento institucionalizador, mostra-se necessário apontar algumas justificativas e especificidades do caso aqui investigado: as Ciências Sociais no vestibular da UFU entre 1998 e 2007. Conforme apontado por alguns autores (Guimarães, 2004; Barbosa; Martins, 2015), a trajetória histórica desta disciplina em Minas Gerais e, especificamente,

na cidade de Uberlândia, difere-se em larga medida daquela experimentada em nível nacional.

Em primeiro lugar, a Sociologia foi incluída enquanto disciplina obrigatória para a Educação Básica mineira em 1989, após longo processo de disputas políticas e mobilizações por parte de professores e discentes da área (Guimarães, 2004). Desse modo, a inclusão do parágrafo único no artigo nº 195 na Constituição do Estado de Minas Gerais em 23 de dezembro de 1989 estabelece que:

Art. 195 – A educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Parágrafo único – Para assegurar o estabelecido neste artigo, o Estado deverá garantir o ensino de Filosofia, Sociologia e noções de Direito Eleitoral nas escolas públicas do ensino médio (MINAS GERAIS, 2020, p. 152-153).

Dessa maneira, trata-se de um processo de institucionalização em uma dimensão estadual desenvolvido 19 anos antes da deliberação nacional sobre a obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica, efetivada, neste último caso, pela Lei 11.684/2008 (Mendonça, 2017, p. 65-66). Por conseguinte, o estado de Minas Gerais acumulou uma longa experiência didática, científica e institucional no que se refere ao Ensino de Ciências Sociais, especialmente em comparação com outros estados brasileiros .

Em segundo plano, especificamente circunscrito ao município de Uberlândia, a inauguração em 1997 do curso de Ciências Sociais, nas modalidades de licenciatura e bacharelado, na UFU também garantiu novas bases acadêmicas para o reforço do processo de institucionalização da Sociologia escolar nesta localidade. Este processo ocorre considerando a criação de um espaço oficial de formação docente especializada, discussão de temas caros ao ensino desta disciplina e mobilização política de um grupo recém-instituído de profissionais da educação, este último ponto, sobretudo destacado por Guimarães (2004, p. 191).

Por fim, em último nível, é importante delimitar como a inclusão dos conteúdos sociológicos, antropológicos e políticos no vestibular da UFU a partir de 1997 também contribuiu para a legitimação desta disciplina no sistema de Educação Básico da cidade investigada. Adicionalmente, esta disciplina também

é incluída, em 1998, no Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (Paies), exame alternativo de ingresso a esta universidade⁴.

Desse modo, a partir do momento em que a Sociologia passa a compor os conteúdos obrigatórios deste processo seletivo, como desdobramento das reivindicações coletivas de docentes e discentes da área, uma série de conseqüências é verificada. Entre elas, uma ampliação da oferta da matéria de Sociologia por parte de escolas públicas e privadas, em vistas a garantirem aos seus alunos os conhecimentos necessários para o ingresso no Ensino Superior. Conforme destacam Tomazini e Guimarães (2004, p. 18 *apud* Barbosa; Martins, 2015, p. 148),

As escolas da cidade de Uberlândia têm autonomia para adotar, ou não, a sociologia e a filosofia em sua grade curricular. Contudo, o fato de as disciplinas de estarem no elenco das matérias do vestibular e do Paies, contribuiu de modo efetivo para que lhes houvesse sempre um espaço disponível.

Outra repercussão relaciona-se com a multiplicação de cargos de trabalho para docentes especializados em instituições de ensino da Educação Básica, de maneira que os egressos do curso superior recém-inaugurado dispunham de novos espaços pedagógicos para sua atuação. Ademais, pode-se destacar que esta presença provavelmente ampliou o que Mاتيolli e Fraga (2015) denominam de “imaginário” em torno da Sociologia, considerando que a circulação destes saberes através da escola aproximou a sociedade civil das Ciências Sociais, antes, um campo fundamentalmente acadêmico.

Portanto, conforme atesta Guimarães (2004, p. 194):

Hoje a Sociologia faz parte não apenas do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia mas, principalmente, dos currículos das escolas da cidade e da região, interessadas em que seus alunos ingressem na universidade. As escolas particulares, que antes nem ao menos tomaram conhecimento do art. 195 [da Constituição do Estado de Minas Gerais], que institui a obrigatoriedade da disciplina no 2º grau, todas têm Sociologia em

⁴ Conforme indicam Gomes e Lima (2010, p. 69), o Paies foi implantado pela UFU em 1997 com o objetivo de “oferecer uma avaliação gradual e sistemática durante as 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, promover uma interação crescente entre a escola de Ensino Médio e a Educação Superior. Era um de seus principais objetivos resolver o problema das diferenças educacionais oriundas das seletividades pelos processos da avaliação para ingresso na Educação Superior da UFU, especialmente, no que se refere aos alunos oriundos da escola pública”. Contudo, após dez anos de existência, o programa foi extinto.

seu currículo com uma carga horária muito superior à das escolas públicas. A maioria delas tem a disciplina nos três anos do Ensino Médio.

De maneira similar, Barbosa e Martins (2015, p. 148-149) também atribuem mais peso à inclusão da Sociologia nos exames de vestibular e Paies da UFU, do que à deliberação da obrigatoriedade da disciplina em nível estadual, para a consolidação do processo de institucionalização deste saber na Educação Básica da região considerada. Ao que parece, estas pesquisas empíricas sugerem que a presença das Ciências Sociais em exames de ingresso ao Ensino Superior adquirem um papel importante para a legitimação social e prática deste campo.

Assim, estabelecidas algumas considerações teóricas sobre o recorte estabelecido, avultam-se as particularidades e a importância empírica da presente investigação para uma compreensão dos processos históricos de consolidação das Ciências Sociais na Educação Básica brasileira. Resta agora compreender a seguinte questão: de quais maneiras a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política aparecem nos exames de vestibular da UFU durante dez dos primeiros anos de sua presença? E, a partir deste elemento norteador, compreender as constâncias e transformações nas formas segundo as quais estes conhecimentos são apresentados e requisitados pela instituição analisada.

2 Permanências e Reconfigurações das Ciências Sociais nos Exames de Vestibular da Ufu (1998 – 2007)

A primeira variável a ser considerada acerca da presença das Ciências Sociais em provas de vestibular da UFU relaciona-se com a representatividade quantitativa de suas questões entre 1998 e 2007. Desse modo, busca-se compreender se as perguntas de Sociologia, por mais que sejam apresentadas enquanto conteúdo específico (Barbosa; Martins, 2015, p. 134-135), apresentam o mesmo volume que outras áreas do conhecimento e se esta quantidade varia ao longo do período delimitado.

Tabela 1 - Representatividade das Questões de Sociologia na Primeira Fase - Vestibular UFU (1998 - 2007).

| Ano | Nº de Questões de Sociologia (%) | Total de Questões do Exame (%) |
|--------|----------------------------------|--------------------------------|
| 1998-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 1999-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 1999-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2000-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2000-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2001-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2001-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2002-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2002-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2003-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2003-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2004-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2004-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2005-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2005-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2006-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2006-2 | 10 (9,09%) | 110(100%) |
| 2007-1 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |
| 2007-2 | 10 (9,09%) | 110 (100%) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 2 - Representatividade das Questões de Sociologia na Segunda Fase - Vestibular UFU (1998 - 2007).

| Ano | Nº de Questões de Sociologia (%) | Total de Questões do Exame (%) |
|--------|----------------------------------|--------------------------------|
| 1998-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 1999-1 | - | 44 (100%) |
| 1999-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2000-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2000-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2001-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2001-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2002-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2002-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2003-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2003-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2004-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2004-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2005-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2005-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2006-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2006-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2007-1 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |
| 2007-2 | 4 (9,09%) | 44 (100%) |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir dos dados apresentados, nota-se que, tanto na primeira fase quanto na segunda, a quantidade de questões relativas ao conteúdo de Sociologia permanece o mesmo. Assim, esta disciplina apresenta dez questões fechadas, em

um total de 110 perguntas, correspondendo a 9,09% do exame; ao passo que, em relação às questões abertas, encerra quatro perguntas, relativas a 9,09% de toda prova.

De um ponto de vista comparativo, os demais conteúdos que compõem o processo seletivo, precisamente, Filosofia, História, Química, Física, Português, Biologia, Matemática, Geografia, Literatura e Inglês/Espanhol/Francês⁵, apresentam também a mesma quantidade de questões nas duas fases da prova. Por conseguinte, tem-se uma distribuição quantitativa igualitária entre todas as áreas do conhecimento que constituem o exame de vestibular da UFU. Curiosamente, era de se esperar que disciplinas historicamente consolidadas, presentes nos currículos escolares há várias décadas, como no caso da Matemática e do Português, apresentariam maior reincidência nas provas analisadas, contudo, matérias até então inéditas neste processo de admissão, como a Sociologia e a Filosofia, apresentam o mesmo volume de perguntas que as demais áreas⁶.

Talvez, aqui resida um elemento fundamental para a compreensão do processo de institucionalização das Ciências Sociais na Educação Básica de Uberlândia. Tal como argumentado por Guimarães (2004, p. 193-194), a inclusão dos conteúdos sociológicos, antropológicos e políticos no vestibular da UFU foi de ordem central para a legitimação desta disciplina nas instituições escolares da cidade. Contudo, pode-se indicar que o grau de importância cedido a esta disciplina no interior dos exames de entrada, quantitativamente análogo a outras matérias, garantiu uma demanda ampliada pelo ensino de seus conhecimentos específicos, em vistas a preparar os estudantes para uma parte significativa do vestibular.

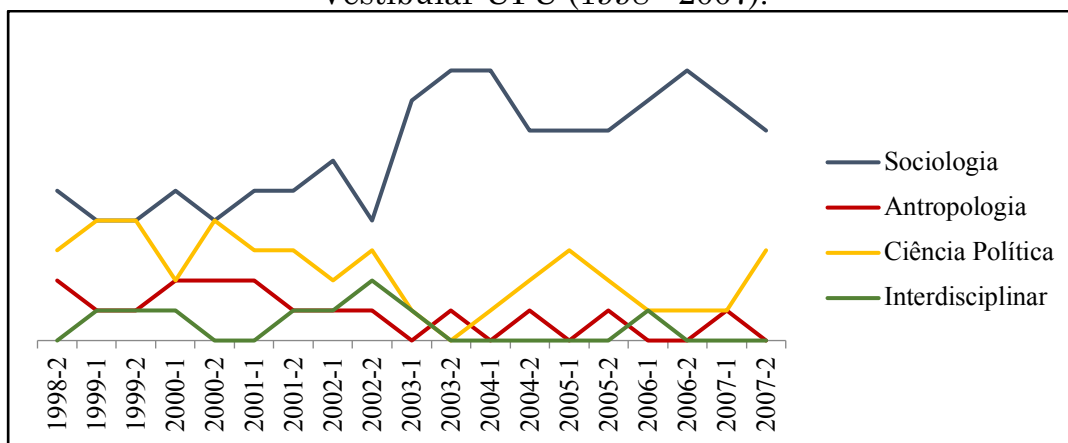
Dessa forma, mais do que a presença, em si mesma, da Sociologia em exames de entrada de instituições do Ensino Superior, o grau de relevância quantitativa que este saber adquire em comparação com as demais áreas é, igualmente, um aspecto central de seu processo de institucionalização.

⁵ No caso das línguas estrangeiras, os estudantes poderiam escolher um dos três idiomas disponibilizados, precisamente, inglês, espanhol e francês.

⁶ O mesmo grau de representatividade é observado por Martins e Barbosa (2015, p. 138-139) em sua análise sobre as provas de vestibular da UFU entre 2009 e 2013.

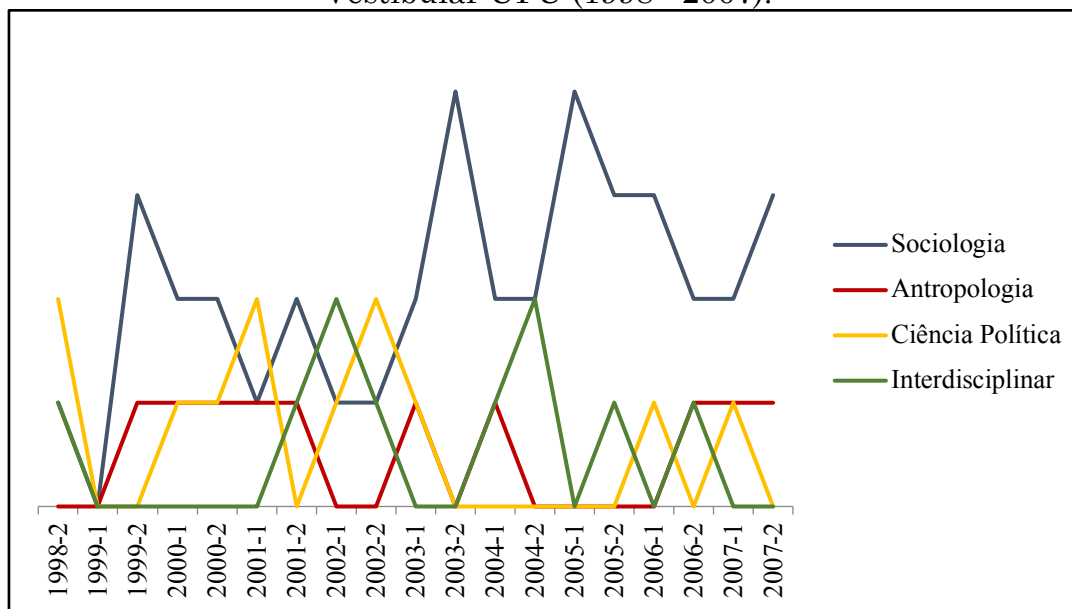
Provavelmente, a distribuição igualitária de questões entre todos os conteúdos seja um mecanismo institucional de superação das hierarquias entre conhecimentos escolares e a reivindicação de que todos eles possuem igual importância no processo formativo dos estudantes.

Gráfico 1 – Distribuição por Área das Questões de Sociologia na Primeira Fase - Vestibular UFU (1998 - 2007).



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 2 – Distribuição por Área das Questões de Sociologia na Segunda Fase - Vestibular UFU (1998 - 2007).



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Outro aspecto importante para a compreensão das dinâmicas assumidas pelas Ciências Sociais nos exames investigados reside na distribuição de suas três áreas constitutivas ao decorrer das questões. Logo, apesar da nomenclatura

oficial da disciplina ser “Sociologia”, seus conteúdos devem abranger também saberes oriundos da Antropologia e da Ciência Política.

O parâmetro utilizado para a categorização das perguntas de acordo com os respectivos campos constituintes das Ciências Sociais fundou-se na delimitação de autores e conceitos que, apesar de não exclusivos, compõe parte significativa dos fundamentos históricos de cada uma das três áreas. Assim, apesar de se tratar de uma seleção fruto de uma escolha subjetiva do pesquisador⁷, os princípios interpretativos utilizados buscam uma organização otimizada dos dados colhidos. Por conseguinte, questões sobre trabalho, gênero, indústria cultural, relações econômicas, Marx, Weber e Durkheim, enquadraram-se no campo sociológico; aquelas que abordaram natureza, cultura e etnocentrismo foram tidas como pertencentes à Antropologia; e as que discutiram movimentos sociais, democracia, direitos, Estado e governo incluíram-se na Ciência Política. Além disso, perguntas que mobilizam, simultaneamente, aspectos de ao menos duas dessas áreas foram classificadas enquanto interdisciplinares.

Portanto, estabelecidos os critérios de análise, tem-se que, em relação à primeira fase, a Sociologia adquire larga prevalência sobre as demais áreas no decorrer de todo intervalo temporal delimitado. Ainda, esta discrepância aumenta com o passar dos anos, levando em conta que, a partir de 2003-1, a representação do campo sociológico amplia-se ainda mais em detrimento da Antropologia e da Ciência Política. Logo após, a Ciência Política ocupa o segundo lugar como área de maior recorrência nos exames, seguida pela Antropologia e as questões interdisciplinares. No total, a Sociologia apresenta 121 perguntas, a Ciência Política possui 43, a Antropologia tem 17, restando nove questões interdisciplinares.

No que se refere à fase aberta do vestibular, percebe-se, igualmente, uma predominância da Sociologia, cujos picos de reincidência ocorrem em 1999-2, 2003-2 e após 2005-1, cuja soma total equivale a 40 aparições. Além disso, a Ciência Política ocupa a segunda colocação, com 12 incidências; ao passo que questões antropológicas e interdisciplinares compartilham a terceira posição, com

⁷ Este procedimento é entendido como parte constituinte da pesquisa em Ciências Sociais, pautado pela concepção de Weber (2016, p. 2430) segundo a qual “todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares”.

10 questões cada. Assim, apesar da hegemonia sociológica nesta etapa, as outras áreas apresentam uma distribuição mais ou menos equânime, sobretudo em comparação com o primeiro estágio do exame.

De modo geral, os exames da UFU entre 1998 e 2007 apresentam um profundo e contínuo predomínio da Sociologia em detrimento das demais áreas das Ciências Sociais, tanto na primeira quanto na segunda fase. Esses dados convergem com as análises de Maçaira (2021, p. 108) sobre as distintas gerações de livros didáticos de Sociologia no país, considerando que, tanto nas obras redigidas entre os anos 1980 e 2000 quanto aquelas produzidas após 2008, apresentam certa sobredeterminância do discurso sociológico em detrimento do antropológico e político.

Portanto, apesar da distribuição equânime deste campo em comparação com outros conteúdos do vestibular, seu arranjo interno apresenta uma partilha desigual entre questões sociológicas, antropológicas, políticas e interdisciplinares. Igualmente, este aspecto parece ser uma tônica dominante do período, considerando que os livros didáticos de Sociologia desta época também apresentam disposições similares.

Tabela 3 - Conceitos mais Frequentes nas Questões de Sociologia - Vestibular UFU (1998 - 2007).

| Primeira Fase | | Segunda Fase | |
|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Conceito | Nº de Reincidências | Conceito | Nº de Reincidências |
| Capitalismo | 15 | Capitalismo | 9 |
| Ação Social | 8 | Estado | 8 |
| Cont. Hist. de Surg. | 8 | Trabalho | 7 |
| Movimentos Sociais | 8 | Cont. Hist. de Surg. | 4 |
| Estado | 7 | Cultura | 4 |
| Fato Social | 7 | Indústria Cultural | 4 |
| Democracia | 6 | Natureza | 4 |
| Dominação | 6 | Alienação | 3 |
| Indústria Cultural | 6 | Democracia | 3 |
| Poder | 6 | Desigualdade Social | 3 |
| Trabalho | 6 | Etnocentrismo | 3 |
| Anomia | 5 | Globalização | 3 |
| Cultura | 5 | Sociedade | 3 |
| Direitos Sociais | 5 | | |
| Sociedade | 5 | | |
| Solidariedade | 5 | | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A terceira variável estabelecida, relativa aos conceitos mais frequentemente mobilizados pelas questões de Sociologia, optou-se pela contagem exclusiva de termos que figuravam nos enunciados das perguntas, de modo que se focalizou em analisar as categorias que de fato orientavam a resolução dos exercícios propostos pelas provas. Ainda, priorizou-se a apresentação das cinco palavras com maior reincidência nas fases abertas e fechadas do vestibular, mantendo aquelas com a mesma quantidade de aparições.

No caso da primeira etapa, constatou-se a mobilização de 92 conceitos oriundos das Ciências Sociais, de modo que a maior parte, precisamente 50, figura apenas uma vez ao longo do período delimitado. Por outro lado, perguntas referentes às noções de capitalismo, ação social, contexto histórico de surgimento da Sociologia, movimentos sociais, Estado e fato social apresentam-se como as mais comuns. Ainda, avulta-se a ampla presença de termos evidentemente durkheimianos, tais como fato social, anomia e solidariedade, em detrimento de expressões polissêmicas como capitalismo, poder e cultura.

Na fase aberta, verificou-se a presença de 77 categorias sociológicas, antropológicas e políticas, o que indica, assim como no estágio aberto do exame, uma ampla gama de conceitos acionados. Destacam-se, neste caso, discussões sobre capitalismo, Estado e trabalho, e, além disso, uma presença ampliada de termos tipicamente antropológicos, tais como cultura, natureza e etnocentrismo, fruto da distribuição mais equânime entre esta área e a Ciência Política na segunda etapa do vestibular.

Portanto, as duas fases deste processo seletivo compartilham a ampla reincidência dos conceitos de capitalismo, contexto histórico de surgimento da Sociologia, Estado, democracia, Indústria Cultural, trabalho, cultura e sociedade⁸. Igualmente, uma grande diversidade de categorias das Ciências Sociais aparece em ambas as etapas, ainda que em uma frequência reduzida. Logo, estes dados sugerem que os primeiros anos da presença da Sociologia em exames da admissão da UFU concentram suas questões em temáticas clássicas e

⁸ Com exceção da categoria “política”, Maçaira (2021, p. 102) verificou que entre os termos mais frequentes nos livros didáticos do mesmo período, constavam também “cultura” e “trabalho”. Desse modo, nota-se outra convergência entre as dinâmicas do vestibular da UFU e as tendências mais gerais dos materiais didático-pedagógicos da época.

consolidadas do campo. A escolha de termos que apresentam um acúmulo teórico ampliado, a maioria deles resultado de mais de um século de reflexões sociológicas, pode ter sido fruto de uma estratégia de legitimação desta disciplina recém-introduzida no vestibular e nas instituições escolares mineiras.

Tabela 4 - Autores mais Frequentes nas Questões de Sociologia - Vestibular UFU (1998 - 2007).

| Primeira Fase | | Segunda Fase | |
|-------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| Autor | Nº de Reincidências | Autor | Nº de Reincidências |
| M. Weber | 32 | K. Marx | 11 |
| E. Durkheim | 30 | M. Weber | 8 |
| K. Marx | 28 | E. Durkheim | 6 |
| J. Ubaldo Ribeiro | 6 | F. Engels | 4 |
| F. Engels | 5 | O. Ianni | 4 |
| | | A. Kroeber | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação aos cinco autores mais presentes, tanto na etapa aberta quanto fechada dos exames, considerou-se apenas questões que explicitamente referiam-se aos nomes destes teóricos ao longo de seus enunciados. Dessa forma, mesmo perguntas que se referiam a um conceito como “ação social”, sem mencionar Max Weber, não foram categorizados como exercícios que mobilizam este sociólogo. Tal procedimento justifica-se levando em consideração que parte significativa das categorias utilizadas, como sociedade, cultura e trabalho, por exemplo, são polissêmicas e podem dizer respeito a uma heterogeneidade de pensadores das Ciências Sociais.

Com respeito a primeira fase, tem-se que a tríade clássica da Sociologia moderna, composta por Weber, Durkheim e Marx, correspondem, respectivamente, aos três pensadores mais mobilizados. Logo, Weber foi contabilizado em 32 questões, ao passo que Durkheim apareceu em 30 perguntas e Marx reincidiu em 28 exercícios. Para além destes, João Ubaldo Ribeiro ocupa a quarta posição com seis recorrências, seguido por Engels, cuja presença foi constatada em cinco ocasiões.

Portanto, a distribuição de autores ao longo da etapa fechada deste processo seletivo apresenta elementos previsíveis e inesperados. Por um lado, os teóricos mais frequentes nas questões são aqueles que fundaram o conhecimento sociológico ao longo da modernidade, estabelecendo suas bases científicas e

integrando este “campo do discurso teórico” (Alexander, 1999, p. 46). Assim, não é surpreendente que Weber, Durkheim e Marx sejam os cientistas sociais mais mencionados, tanto por uma disciplina que acabara de iniciar seu processo de institucionalização a nível local quanto por uma prova que, fundamentalmente, vale-se da Sociologia em detrimento da Antropologia e Ciência Política. Talvez, o uso de nomes historicamente consolidados garantisse maior legitimidade à este conteúdo em busca incessante por reconhecimento social e educacional.

Ainda, Maçaira (2021, p. 102) sugere que o segundo ciclo dos materiais pedagógicos típicos da Sociologia escolar, que abrange desde a década de 1980 até meados dos anos 2000, contemporâneo ao período aqui investigado, apresenta um “foco nas origens e na história da Sociologia; e a presença dos autores clássicos das Ciências Sociais – Marx, Weber e Durkheim –, em quase todos os livros”. Logo, pode-se interpretar que a ampla recorrência destes autores clássicos, bem como das freqüentes questões sobre as circunstâncias de surgimento da Sociologia, podem estar correlacionados com o contexto sócio-institucional típico do período histórico delimitado, verificável tanto nos vestibulares quanto nas obras didáticas, de hegemonia desta abordagem das Ciências Sociais.

Por outro lado, a presença de João Ubaldo Ribeiro, apesar de se tratar de um escritor de vultosa importância para o campo literário brasileiro, surpreende ao figurar enquanto o quarto autor mais recorrente na primeira fase deste vestibular. Destaca-se que sua única obra referenciada, “Política” (2010), uma espécie de manual popular sobre conceitos políticos básicos, pode ter sido utilizada pelos elaboradores da prova como uma introdução elementar à Ciência Política.

A reincidência deste autor focaliza-se, contudo, apenas nos primeiros exames analisados, precisamente, em 1998-2, 1999-1, 1999-2 e 2000-1. Na primeira ocasião, por exemplo, é mobilizado para tratar do conceito de “nação”; na segunda, com o intuito de abordar o tema de partidos políticos; na terceira, a fim de refletir sobre constituições e ditadura; e, na última, com o propósito de debater acerca da definição de “política” e “federalismo”. Portanto, após estas quatro ocasiões da presença massiva de João Ubaldo Ribeiro, o escritor é abandonado

pela primeira fase da prova, ao passo que, na segunda, não figura em nenhuma circunstância.

Ademais, tal como se constatou em relação aos conceitos, tem-se, no caso dos autores utilizados na primeira fase, uma multiplicidade de nomes representantes de heterogêneas correntes teóricas das Ciências Sociais, assim como de campos afins. Para além dos cinco pensadores mais recorrentes, contabilizam-se outros 27 intelectuais, que abrangem desde Adorno e Horkheimer, passando por Bobbio e Hayek, até Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Assim, apesar da baixa reincidência destes intelectuais, sua presença revela certa diversidade – ainda que limitada geográfica e historicamente – das questões de Sociologia propostas pela UFU.

Em referência à segunda fase, verifica-se dinâmicas similares àquelas apresentadas pela primeira etapa. Igualmente, os três autores mais referenciados, apesar de posicionados em uma ordem distinta, são Marx, com 11 reincidências; Weber, que aparece em oito questões; e Durkheim, mencionado ao longo de seis perguntas. Ainda, Engels e Octavio Ianni compartilham a colocação seguinte, com quatro alusões cada, seguidos por Alfred Louis Kroeber, citado em duas ocasiões. Para além destes, o estágio aberto do vestibular mobilizou outros 25 intelectuais, também representantes de distintas perspectivas teórico-metodológicas das Ciências Sociais e outras áreas das humanidades.

De modo geral, tem-se nas duas etapas do exame a presença hegemônica, ainda que em arranjos diferentes, dos três clássicos das Ciências Sociais modernas, Durkheim, Marx e Weber, fruto, provavelmente, da busca da Sociologia escolar por fundamentos conceituais sólidos em vistas à sua institucionalização e legitimação. Semelhantemente, nota-se a reincidência reduzida de autores como Engels, Comte, Roque Laraia, Adorno, Horkheimer, Florestan Fernandes e Marilena Chauí. Essa distribuição revela, na totalidade da prova, questões assentes em autores clássicos, sobretudo oriundos do campo sociológico, com uma presença difusa de teóricos advindos de esferas científicas próximas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das Ciências Sociais no vestibular da UFU em meados da década de 1990 foi um elemento central para a consolidação e institucionalização da disciplina de Sociologia na Educação Básica de Uberlândia. Conforme ressaltado por Guimarães (2004), o processo de disputa política pela inserção deste conteúdo foi fruto de profundas mobilizações de docentes e estudantes dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia daquela instituição, que buscavam fortalecer as bases deste recém-introduzido saber curricular.

Logo, em conjunção com a obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica de Minas Gerais, prevista pela constituição estadual em 1989, assim como através da introdução deste conteúdo no Paies em 1998, condições favoráveis ao desenvolvimento das Ciências Sociais em nível Básico foram garantidas nesta região. Por conseguinte, a presença em Uberlândia de um nível ampliado de adequação formativa entre docentes da área e sua ampla participação em Programas de Pós-Graduação, podem ser interpretados como conseqüências contemporâneas de uma trajetória institucional particular (Silva, 2021, p. 303).

Assim, levando em consideração a presença das Ciências Sociais em exames vestibulares como elemento de institucionalização da Sociologia escolar, constatou-se que, entre 1998 e 2007, este conteúdo apresentou uma distribuição igualitária em comparação com outras disciplinas. Conseqüentemente, da mesma maneira que áreas consolidadas da Educação Básica nacional, a Sociologia compôs 9,09% de todo vestibular, tanto em sua primeira etapa quanto na segunda.

Por outro lado, em sua organização interna, notou-se uma hegemonia contínua de questões sociológicas em detrimento daquelas de caráter antropológico, político e interdisciplinar, seja na fase aberta ou fechada do exame. Este processo é verificado principalmente a partir de 2003-1, período que marca uma ascensão representativa ampliada da Sociologia nas provas.

Além disso, os conceitos mais acionados pelas duas fases referem-se a capitalismo, contexto histórico de surgimento da Sociologia, Estado, democracia, indústria cultural, trabalho, cultura e sociedade. Tratam-se, portanto, de

categorias clássicas que apresentam níveis ampliados de acúmulo teórico e discussões consolidadas no interior das Ciências Sociais. Ainda, constatou-se que outros 76 termos foram mobilizados pela primeira etapa e 64 adicionais no segundo, de forma que, apesar de pouco reincidentes, revelam a multiplicidade de temas tratados pelo vestibular.

Por fim, Durkheim, Marx e Weber, ainda que posicionados em ordenações distintas, foram os autores com maior reincidentência em ambos os estágios, o que sugere, novamente, que estas questões fundam-se em bases consolidadas da Sociologia clássica. Adicionalmente, ao longo da etapa fechada outros 27 pensadores são mencionados, ao passo que mais 25 são verificados nas questões abertas, de modo que o vestibular da UFU discute uma gama ampla de intelectuais das Ciências Sociais e campos acadêmicos afins.

Assim, entre 1998 e 2007, um intervalo que corresponde ao período inicial de inserção da Sociologia nos processos de seleção da UFU, tem-se uma presença equânime deste conteúdo em comparação com outras áreas do conhecimento. Por outro lado, parte significativa dos temas, conceitos e autores tendem a centrar-se em Sociologia clássica, aspecto interpretado aqui como uma tentativa de legitimação desta disciplina a partir de reflexões cristalizadas das Ciências Sociais. Logo, discussões advindas da Antropologia e da Ciência Política apresentam menor representatividade do que aquelas de caráter evidentemente sociológico, clivagem que se amplia a partir de 2003-1.

De modo geral, percebe-se que estes elementos convergem diretamente com as principais tendências dos livros didáticos de Sociologia produzidos no mesmo recorte histórico, entre a década de 1980 até meados dos anos 2000 (Maçaira, 2021). Pode-se, então, delinear certas perspectivas educacionais mais ou menos compartilhadas sobre o Ensino de Ciências Sociais neste período, verificáveis tanto em exames vestibulares quanto em materiais pedagógicos. Por fim, investigações posteriores poderão delimitar quais dinâmicas foram seguidas por este exame após 2007, bem como analisar quais proximidades e distanciamentos o vestibular desta instituição apresenta em comparação com provas de outras universidades que incluem a Sociologia como conteúdo obrigatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-89.

ALVES, Eva Maria; COSTA, Patrícia. Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 6, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38626/20157>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BARBOSA, Nara; MARTINS, Rogéria. A sociologia nos vestibulares: uma análise dos conteúdos da disciplina nos processos seletivos de admissão nas universidades federais do Estado de Minas Gerais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 124-152, ago./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p124/30829>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FERREIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 37, n. 1, p. 31-39, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/25623/pdf_41>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FRAGA, Alexandre; MATIOLLI, Thiago. A Sociologia no vestibular: o caminho da legitimidade pelo enquadramento. In: Encontro Estadual de Ensino de Sociologia, 3, 2012, Rio de Janeiro. *Anais do 3º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.labes.fe.ufrj.br/Eventos/3ENSOC/PDF/GT4.2.2.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GOMES, Maria; LIMA, Antonio. Programas alternativos de ingresso na Educação Superior como política educacional focalizada. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p. 68-82, jan./dez. 2010. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/725/738>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GUIMARÃES, Elisabeth. Sociologia no vestibular: experiência da Universidade Federal de Uberlândia. In: CARVALHO, Lejeune (Org.). *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: EdUnijuí, 2004. p. 181-190.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. *BIB*, São Paulo, n. 74, p. 43-59, 2012. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/373>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

JINKINGS, Nise. Os processos de institucionalização da Sociologia no Segundo Grau (1972-1995). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 35-56.

MAÇAIRA, Julia. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016). *Em Aberto*, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93-111, maio/ago. 2021. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4916/4007>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MENDONÇA, Sueli. Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996-2016). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 57-75.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. *Constituição do Estado de Minas Gerais*. 25. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> 2020>. Acesso em: 19 ago. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi; OLIVEIRA, Evelina. Os processos de institucionalização da Sociologia na Escola Secundária (1890-1971). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017. p. 17-34.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Ileize. *Das fronteiras entre Ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)*. 2010, 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2016.

Recebido em: 03 jan. 2023.

Aceito em: 19 out. 2023.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

SILVA, Gustavo Gabaldo Gama de Barros. As Ciências Sociais no vestibular da UFU: aspectos de um elemento institucionalizador. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.7, n. 1, p.102-123, 2023.